

embora sempre exemplarmente corteses”(313). Esse é um exemplo apenas da impossibilidade de existência, na fase da imprensa empresarial, de jornais sem grandes recursos. Tudo agravado, naturalmente, nos regimes ditatoriais. O fim não deixa de ser melancólico e, nesse caso particular, foi também natural: “Estávamos crentes de que a *Folha de Minas* seria preservada, como jornal livre, embora transferida para o domínio de poderosas empresas econômicas. Nunca soubemos, antes, que o propósito dos compradores era fazer dela – o arauto da rebeldia, a trombeta do inconformismo – o melancólico órgão oficial em que se transformou, pobre carcaça, vogando aos caprichos dos ventos palacianos, num mar de sabujismo”(314).

Getúlio Vargas soube e teve as condições para empolgar a tendência direitista que se acentuou no país, destinada a deter o avanço democrático, instaurando, por via de golpe palaciano, em novembro de 1937, o Estado Novo, regime ditatorial que se sucedeu à vigência da Constituição de 1934. No mesmo dia em que, fechado o Legislativo, assumia todos os poderes, assessorado e estimulado pelos chefes militares, com os generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra à frente, baixou outra Constituição, preparada por antigo inspirador de legião de camisas amarelas, Francisco Campos, adaptada de modelo totalitário europeu e por isso logo apelidada de “polaquinha”. Com a ditadura surgiu, inevitavelmente, implacável censura à imprensa e, mais do que isso, a proibição de novos jornais, o fechamento de outros: “A censura, por exemplo, em São Paulo, foi das mais severas do país e o controle da imprensa falada e escrita, especialmente no período da ditadura estadonovista, quando se cercearam todos os veículos de divulgação existentes entre nós. (. . .) No negro período de 1937-1945, foi grande o número de jornais, revistas e panfletos fechados por determinação do executivo e grande também o número de jornalistas presos por delitos de imprensa”(315). A ditadura criou órgão específico, o Departamento de Imprensa e Propaganda, chefiado por Lourival Fontes, segundo o modelo nazista; o famigerado DIP controlava a imprensa e o rádio e baixava listas de assuntos proibidos. Nos Estados, foram instalados os Departamentos Estaduais de Imprensa, DEI, que faziam o mesmo serviço: “Nos dias mais agudos da ditadura, esse controle de imprensa destacava censores em cada jornal e nenhum original descia às oficinas sem o ‘visto’ do fiscal do governo. (. . .) Uma sala especial foi montada para o controle das estações de rádio. Cada estação tinha um censor responsável que acompanhava, nos seus três períodos de funcionamento, os vários programas, anotando

(313) Afonso Arinos de Melo Franco: op. cit., págs. 340/341.

(314) Afonso Arinos de Melo Franco: op. cit., pág. 343.

(315) Freitas Nobre: *História da Imprensa de São Paulo*, S. Paulo, 1950, pág. 95.